

Maioria para quê?

ANC P 11

- 1 OUT 1987

JORNAL DO BRASIL

Luiz Orlando Carneiro

Para que o presidente Sarney precisa urgentemente de uma maioria no Congresso-Constituinte? Só se for para lutar por uma causa que a maioria dos políticos dá como perdida — a manutenção do sistema presidencialista, já que o mandato de cinco anos com a introdução gradual do parlamentarismo é solução que vai tendo cada vez maior aceitação, sem que haja necessidade de um realinhamento das forças políticas representadas na Constituinte.



A pergunta e a resposta são de um ministro do PMDB, para quem a tentativa presidencial de buscar a adesão da maioria do Congresso a um novo pacto suprapartidário tende a ter o efeito de um tiro n'água. Passado o impacto inicial, o documento a ser lido pelo presidente em cadeia nacional de rádio e televisão, dificilmente teria a força de imantação necessária para unir uma "nova maioria" em torno de um chefe de governo que a maior parte do PMDB e uma banda significativa do PFL querem ver apenas como chefe de Estado, no último ano de seu mandato.

Numa conversa mais ou menos recente com o presidente Sarney, o deputado Ulysses Guimarães lhe teria dito que tem quatro prioridades, pela ordem: a Constituinte, a Constituinte, a Constituinte e, finalmente, o quadro político-partidário pós-Constituinte. É possível que o presidente do PMDB tenha repetido agora a frase ao presidente da República. A posição do presidente da Constituinte, segundo um de seus mais constantes interlocutores, é a de que, sendo a Assembléia Constituinte, por sua própria natureza, fator de desagregação partidária, é perda de tempo, a esta altura do jogo, qualquer tentativa de rearrumar o quadro político-partidário.

Não é novidade que a denúncia pela cúpula do PFL da Aliança Democrática nada mais foi do que a solenização do rompimento de um casamento há muito fracassa-

do. Mas no entender dos líderes do PMDB, na medida em que os dirigentes do PFL resolveram deixar de manter as aparências, oferecendo-se como base para a constituição de uma "nova maioria" ao presidente Sarney, deixaram-no numa situação talvez mais delicada do que antes, pois ele não tem condições políticas de dar as costas à liderança do presidente da Constituinte e do partido majoritário. Como dizia um parlamentar, parodiando o general Golbery, o PMDB é um partido de sístoles e diástoles. O momento é de sístole, ideal para aquele tipo de liderança incontestável de que tem nostalgia Ulysses Guimarães.

Na verdade, ao criar ou deixar criar a expectativa de uma ampla reforma ministerial, o presidente Sarney acabou criando para si próprio um problema que só teria de enfrentar depois que, promulgada a Constituição, e com o início da campanha para as eleições municipais, os partidos tornassem mais explícitas todas as divisões.

No momento, não se acredita que o presidente ouse tentar governar apenas com base no PFL e no chamado Centro Democrático do PMDB, que ainda não deu nenhuma demonstração de vigor. O presidente Ulysses Guimarães já mandou dizer que os ministros do PMDB só saem do governo em conjunto, e a cúpula do PFL só consideraria estar havendo uma reforma ministerial se fosse afastado, no mínimo, o ministro Raphael de Almeida Magalhães. A rebelião do PFL acabou, portanto, deixando nas mãos presidenciais um indigesto abacaxi, evidente na colisão dificilmente contornável do ministro Aureliano Chaves com Raphael de Almeida Magalhães.

Quanto ao Congresso-Constituinte, a impressão dominante é a de que o presidente Sarney deveria concentrar-se na negociação da fixação de seu mandato em cinco anos, coabitando com o primeiro-ministro, mas mantendo seus atuais poderes em 1988 e parte de 1989. Procurar mudar essa tendência parece tarefa complicada. Os constituintes, independentemente de sua filiação partidária, ou de maior ou menor simpatia para com o presidente, são hoje sua própria circunstância. Basta ver como estão votando, caso a caso, os artigos e parágrafos do substitutivo Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização.